

Evento	Reunião da Comissão de Informática
Data	12/3/2024
Horário	17h
Local	Virtual
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Luciane Storer, Desembargadora Coordenadora;- Marcos da Silva Pôrto, Desembargador;- Ricardo Antonio Plato, Desembargador;- Daniela Macia Ferraz Giannini, Juíza Auxiliar da Presidência;- Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;- Carlos Eduardo Buzan Larica, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês.
Ausentes	<ul style="list-style-type: none">- Wilton Borba Canicoba, Desembargador.
Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">- PROAD 4050/2024 - Plano de Contratações de Tecnologia da Informação de 2024.- Outros assuntos.

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, Coordenadora da Comissão de Informática, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

A Excelentíssima Magistrada Daniela Macia Ferraz Giannini aproveitou a oportunidade e comunicou que participaria substituindo o Excelentíssimo Magistrado Levi Rosa Tomé.

1) PRAD 4050/2024 - Plano de Contratação de TI de 2024:

O Secretário da Tecnologia da Informação e Comunicações Herbert Wittmann iniciou a explicação sobre o Plano de Contratação de Tecnologia da Informação para 2024. Compartilhando o documento na tela, para que todos pudessem visualizá-lo, informou que o Plano está dividido principalmente em três tipos de demanda: “infraestrutura”, “Segurança da Informação” e “outros”. A previsão é de 42 contratações envolvendo todas as unidades do Regional. Deste total, 32 contratações são demandas oriundas do próprio setor de Tecnologia da Informação.

O Secretário pontuou a necessidade de aquisição de unidades de armazenamento (storage) all flash para o PJe-JT. Salientou a tendência de crescimento do consumo de espaço em disco, principalmente a partir de dezembro. Dentre as contratações, as relacionadas ao suporte técnico para o PJe-JT e para o SIGEP. A contratação de robôs de backup também seriam necessários para a manutenção da segurança da informação. Outro fator importante é a necessidade de aumento da capacidade de processamento do Tribunal, uma vez que a partir da última versão do PJe aqui instalada, atingimos a capacidade total disponível em alguns momentos. Há ainda a locação de fibra óptica. Em relação ao tema “Segurança da Informação”, o destaque está no item 21, que trata do monitoramento, da detecção, da notificação, da investigação e da resposta a ataques cibernéticos. Quanto ao item 26, trata-se de reserva de valor para aquisição de impressoras de pequeno porte e multifuncionais de médio ou grande porte, mas que há a possibilidade de sua revisão/extinção. A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer ressaltou, neste ponto, a campanha do Tribunal para o uso racional deste aparato, o que tem provocado a redução drástica em sua utilização. Dando continuidade, o Secretário Herbert Wittmann apresentou a demanda sobre aquisição de WebCams para o Tribunal

Pleno e Turmas.

Após a profícua apresentação, o Excelentíssimo Desembargador Marcos da Silva Pôrto questionou a respeito de processo licitatório outrora em vigor. Herbert Wittmann elucidou a sua não concretização, sendo considerada deserta pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, iniciando-se novo processo. Debateram, ainda, sobre a criticidade do som, ainda mais em Varas de Trabalho próximas às ruas. O Secretário publicizou que existe um PROAD sugerindo que seja realizado um estudo técnico para a definição de uma padronização de todas as salas de audiência deste Regional e que a atual contratação proposta visa eventuais substituições de câmeras com defeito e manutenção. Por fim, o Desembargador Marcos da Silva Pôrto ressaltou a necessidade de um estudo para uma decisão correta, dada a tendência da utilização tecnológica para a colheita de informação no âmbito processual.

A Excelentíssima Magistrada questionou onde ficam armazenados os vídeos das audiências trabalhistas. Prontamente, respondeu ficarem na nuvem do Zoom e que há um contrato de confidencialidade.

A Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer perguntou também sobre orçamento, ao que o Secretário de TIC elucidou que os grandes investimentos costumam ser custeados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e que terão o retorno a respeito do tema em maio. Ademais, se precisarem fazer cortes, o gasto com storage deverá permanecer, dado o grande risco de sua não aplicação. O gasto com storage deverá ser algo em torno de 8 milhões de reais, podendo 1,5 milhão ser pago no ano de 2025.

O Colegiado autorizou o envio de comunicação eletrônica institucional para as demais áreas sobre as necessidades em tecnologia de informação para o ano financeiro subsequente.

Ao fim, a Comissão aprovou a proposta ora apresentada, tendo a Excelentíssima Desembargadora Luciane Storer, Coordenadora, agradecido a presença de todos, encerrando o encontro às 17h33.

Ata preparada por	Carlos Eduardo Buzan Larica, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	13/3/2024
Ata aprovada por	Desembargadora Coordenadora da Comissão de Informática, Luciane Storer	Em	15/3/2024